

FAMÍLIAS AGRÍCOLAS E DESENVOLVIMENTO O CASO DO ALENTEJO*

*Rosária Casinha***

I – INTRODUÇÃO

Na Região Alentejo não só a população, em geral, e agrícola, em particular, tem vindo a diminuir drasticamente nos últimos anos, como também o número de empresas agrícolas. Tal situação deve-se, essencialmente, à falta de incentivos e emprego na Região, apesar dos vários programas incentivadores de que tem sido alvo nos últimos anos, e que se deseja tenham os resultados esperados a médio prazo.

Como tal e porque é preciso parar o processo de desertificação a que se assiste nesta região é fundamental a concepção e implementação de políticas e estratégias de fixação que visem manter a população no meio rural, embora parte da sua força de trabalho possa ser aplicada no mesmo sector, fora da sua exploração, ou em outros sectores de actividade.

Nesta perspectiva é, contudo essencial que no espaço rural existam as condições que permitam às famílias desenvolver-se, ter acesso a actividades educativas e usufruir de actividades culturais e recreativas, ou seja, há que lhes assegurar condições de vida, há que lhes assegurar condições dignas de vida, para que elas, por sua vez, possam contribuir para o processo de Desenvolvimento Local, que se pretende sustentável e integrado.

Falar de desenvolvimento integrado numa região em que o sector agrícola tem um papel importante e em que existe uma tradição rural/agrícola é falar também de uma das suas componentes: o desenvolvimento agrícola.

Mas, entenda-se, “desenvolvimento agrícola não é só desenvolvimento da produção, mas também, e em particular, desenvolvimento da população agrícola. O desenvolvimento agrícola não pode ser equacionado à margem da população agrícola, pois é ela quem mais directamente o poderá concretizar” (Portela, 1981:313). Não é possível falar de desenvolvimento em meio rural pondo de parte os agricultores e as suas famílias. Como tal, é importante analisar o papel e o contributo das famílias agrícolas para o Desenvolvimento Local integrado e sustentável da Região Alentejo, a qual, embora em processo avançado de desertificação humana e física, representa cerca de 30% do território continental, e possui uma forte e singular identidade cultural.

Constata-se, também, que do total das empresas agrícolas Alentejanas, cerca de 97% são geridas pela família, a terra e outros capitais são no todo, ou maioritariamente, propriedade da família e empregam, sobretudo, trabalho exclusiva ou maioritariamente familiar¹. Decorre daqui que a presença das famílias agrícolas e conseqüentemente dos aglomerados populacionais agrícolas, numa Região eminentemente rural, é fundamental na preservação do ambiente e no combate à desertificação física e humana desta parte do território Português.

A família e a combinação das diversas actividades económicas no interior da própria família são condicionantes do processo de desenvolvimento integrado, o qual “repousa fundamentalmente na ideia de estimular e desenvolver novas

* O conteúdo da presente comunicação insere-se na Dissertação de Doutoramento da autora

** Universidade de Évora

¹ Dados retirados do RGA/89, mais concretamente do ficheiro EUROFARM. Os dados mais recentes (Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas/97) não permitem concretizar o objectivo do estudo. Apenas dão a certeza da diminuição do número de explorações, em cerca de 26%, um pouco inferior à média nacional, diminuição essa conseguida em parte à custa das explorações de tipo familiar, exactamente as que nos interessam neste estudo.

formas de gerar rendimentos para a vida familiar, através da combinação de diversas actividades produtivas realizadas pela própria família. No meio rural uma dessas actividades é, quase sempre, a agricultura, que constitui a base material mais importante do Desenvolvimento rural integrado” (Etxezarreta, 1988: 105).

A agricultura continua, assim, a ser importante em muitas áreas rurais (talvez em todas), não apenas por razões de ordem económica, mas também por razões que se prendem com a contribuição para a preservação da paisagem e do ambiente.

De entre as empresas agrícolas, deparam-se as situações mais variadas, não só ao nível da própria gestão, como a outros níveis ligados à estrutura da própria exploração, do seu agregado familiar e das relações que se estabelecem entre ambos (família e exploração). Assim sendo, há que identificar e caracterizar essas diferentes situações, com vista à definição de uma tipologia de empresas agrícolas familiares na Região Alentejo. De referir que, neste âmbito, a empresa agrícola compreende não só o sentido físico e económico do termo empresa, mas também o agregado familiar que a constitui.

Com base na tipologia definida, estimar-se-á e analisar-se-á o contributo que cada um dos grupos definidos fornece, ou pode fornecer, para o processo de Desenvolvimento integrado e sustentável que é urgente implementar na Região. Este conhecimento constituirá importante contributo para a definição de políticas e estratégias conducentes ao processo de Desenvolvimento da Região Alentejo.

Assim, o estudo pretende incidir sobre toda a Região Alentejo, mais directamente sobre as famílias agrícolas alentejanas, por se entender que numa região em que, tradicionalmente, o sector agrícola tem um papel preponderante não é possível conceber Desenvolvimento Local sem Desenvolvimento agrícola, ou seja, não é possível pensar em Desenvolvimento com uma agricultura em decadência e estagnada e famílias agrícolas desmotivadas e com poucos (ou nenhuns) incentivos e/ou objectivos de vida e de trabalho.

Nesse sentido, o objectivo final da investigação consiste na identificação de estratégias para as famílias/explorações agrícolas alentejanas, com vista a contribuir para o desenvolvimento integrado e sustentável para a Região. Para atingir este objectivo é necessário que os objectivos intermédios sejam cumpridos. Mais concretamente:

- a) Caracterização das famílias/explorações agrícolas do Alentejo, cuja gestão é função da família, em geral, e particularmente das empresas familiares;
- b) Construção de uma tipologia dessas mesmas empresas agrícolas familiares Alentejanas;
- c) Estudo e análise do contributo que cada um dos tipos definidos fornece para o processo de Desenvolvimento Integrado e Sustentável para a Região.
- d) Identificação de estratégias para os diferentes tipos de famílias/explorações definidos, com vista a contribuir para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável para a Região.

II – O PROBLEMA EM ESTUDO

O sector agrícola é, de entre os sectores da economia, aquele que mais associa família e produção. No que se refere, nomeadamente, à exploração agrícola familiar, a capacidade de reprodução económica e social do sector só é entendível se em associação com a caracterização social dos agregados que correspondem a cada uma das explorações agrícolas. Ou seja, na economia familiar, a interacção entre a unidade de produção (empresa agrícola) e a unidade de consumo (família agrícola) é ainda maior, na medida em que as decisões de produção se encontram inter-relacionadas.

A exploração agrícola deve, assim, ser analisada como um sistema, ou seja, um conjunto de elementos em interacção, constituído pela exploração, propriamente dita, pelo agricultor e pela família, ou seja, um sistema constituído pela exploração e pelo agregado familiar que a suporta. A identidade entre a unidade de consumo e a unidade de produção é mais notória nas empresas agrícolas de tipo familiar, nas quais se constitui uma linha única de produção, de consumo e de investimento. Verifica-se, assim, uma correspondência entre a exploração, a família, a produção agrícola e o rendimento, retirando-se da exploração o produto necessário, não só ao consumo da família, mas também ao investimento. No entanto, refira-se, é no factor trabalho que reside a diferença essencial entre as consideradas explorações familiar e patronal. Assim, enquanto agricultura familiar se define como a "modalidade de agricultura em que cabem as explorações agrícolas que funcionam com recurso exclusivo, ou principal, ao trabalho da família", a agricultura patronal "integra as explorações agrícolas que recorrem a trabalho exclusiva, ou principalmente, assalariado" (Barros, 1983: 60).

O termo exploração familiar recobre variadas situações, quer quanto à sua origem, quer quanto às suas modalidades de funcionamento. Nesse sentido, deparam-se, por um lado, modalidades cujo objectivo não é o da reprodução da exploração, enquanto unidade de produção, mas a reprodução familiar e, por outro lado, modalidades em que o objectivo é a realização de uma produção para o mercado, mas o trabalho permanece, essencialmente, familiar.

A coexistência, na exploração familiar, de diversos modelos de funcionamento deve-se, sobretudo, à sua grande capacidade de adaptação. Não pode, assim, a exploração familiar, ser definida num modo de produção específica, transformando-se, evoluindo e adaptando-se em função da sua história e do contexto económico-social, político e cultural em que se insere.

A exploração agrícola familiar, corresponde a "uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligadas à família" (Lamarche, 1991: 10). Pode também ser definida "através dos seguintes atributos: simbiose da exploração e da família; trabalho de natureza familiar; produção parcialmente mercantil" (Carvalho, 1984, citado por Cordovil, 1993: 217). Verifica-se, assim, que independentemente de outros atributos, o factor mão de obra familiar está associado à definição de empresa agrícola familiar. Mão de obra familiar referida não só ao nível da execução do trabalho, propriamente dito, mas também ao nível da gestão da própria exploração, a qual nas explorações consideradas de tipo familiar é sempre (a gestão) assegurada pela família e maioritariamente pelo produtor, ou seja, "a pessoa legalmente responsável por todo o aspecto financeiro e riscos económicos da sua exploração" (Gasson, 1988: 23).

Por tudo o que se enumerou, é fácil concluir que não há uma definição unânime do conceito de empresa familiar, embora todas as definições apresentem alguns pontos comuns, baseados, fundamentalmente, na coincidência de valores importantes de uma empresa e de uma família. Nesse sentido, considera-se que "uma empresa é empresa familiar quando existe um importante elo de ligação entre uma empresa e uma família, o elo pelo qual parte da cultura de ambas, formada pelos pressupostos básicos de actuação e pelos valores, é permanente e voluntariamente partilhada" (Gallo et al, 1996: 11). Mais concretamente e segundo os autores atrás citados, considera-se que uma empresa é de tipo familiar se nela ocorrerem, simultaneamente, as seguintes dimensões, a saber:

1. **Dimensão da propriedade**, no sentido de que uma parte desta, frequentemente a maior, ser possuída pela família;
2. **Dimensão do poder**, no sentido de um ou vários proprietários dedicarem a totalidade, ou parte importante do seu tempo, a trabalhar na empresa, habitualmente como gestores;

3. **Dimensão da família**, ou seja, o facto de pelo menos a segunda geração estar incorporada, como manifestação prática de uma evidente intencionalidade, por parte da família proprietária, de transmissão da empresa para as gerações futuras;

Tendo em consideração as características da agricultura desta Região e porque a dimensão da mão de obra da família é um importante factor de caracterização da empresa familiar, considerou-se oportuno acrescentar à definição inicial uma quarta dimensão:

4. **Dimensão da mão de obra familiar**, ou seja, o facto de a mão de obra da família representar metade ou mais da mão de obra total ao serviço da empresa.

Como tal, o objecto de estudo desta investigação são as famílias/explorações agrícolas alentejanas que reúnem, simultaneamente, as quatro dimensões atrás enunciadas, na tentativa de que a agricultura familiar possa continuar a existir e a desempenhar um papel importante na economia do mundo rural. Contudo, isto só será possível se às populações agrícolas for assegurado, não só o rendimento necessário para poder viver no seu meio, mas também condições dignas que lhes permitam satisfazer as suas necessidades em matéria, nomeadamente, de educação e de recreio. Se estas condições não forem garantidas ter-se-á o abandono das explorações, a desertificação dos campos, o fracasso da economia e todos os problemas inerentes a estas situações.

III – A IDENTIFICAÇÃO DAS EMPRESAS

Identificar estratégias para as famílias/explorações agrícolas alentejanas, com vista ao seu contributo para o processo de Desenvolvimento da Região Alentejo é objectivo deste estudo. Para tal, foi necessário identificar e caracterizar essas mesmas famílias/explorações, processo que foi realizado por etapas, com base nas quatro dimensões do conceito de empresa familiar, a saber:

- **Dimensão da propriedade;*
- **Dimensão do poder;*
- **Dimensão da família;*
- **Dimensão da mão de obra familiar.*

Assim, com base nos dados do RGA/89 (os mais recentes à data)², mais concretamente do ficheiro EUROFARM que contém os dados individualizados de cada exploração, foi possível identificar as 45 464 empresas agrícolas alentejanas que são, simultaneamente, geridas por um membro da família, quase sempre o produtor (DIMENSÃO DO PODER) e em que a terra e outros bens são, no todo ou na maior parte, propriedade da família (DIMENSÃO DA PROPRIEDADE).

Estas empresas estão repartidas pelas quatro NUT's III, como se pode observar no quadro seguinte:

² Como já foi referido, as publicações posteriores não permitem concretizar o objectivo deste estudo.

Quadro 1
Número de empresas por Unidade Territorial

<i>Unidade Territorial</i>	<i>Núm. Empresas</i>
Alentejo Litoral	8 577
Alto Alentejo	12 394
Alentejo Central	11 588
Baixo Alentejo	12 905
Região Alentejo	45 464

Fonte: Ficheiro EUROFARM/89

No entanto, tendo em conta algumas das vantagens da amostragem, como por exemplo, praticabilidade e precisão, considerou-se que seria preferível trabalhar os dados de uma amostra representativa dessa mesma população, para a qual se pretendem inferir os resultados. Dado que a população alvo estava devidamente identificada e porque “os estatísticos, em geral, defendem o uso de amostras aleatórias, afirmando que só elas possibilitam avaliar a precisão da inferência feita” (Vicente et al, 1996: 35), optou-se por uma amostra aleatória estratificada por NUT's III. Esta técnica reduz substancialmente, o erro de amostragem relativamente às características específicas de cada estrato, permitindo a redução do tamanho da amostra e garantindo a sua representatividade (Cochran, 1977). O critério que permitiu definir a estratificação foi o critério geográfico, como já foi referido, na medida em que tal facultava o estabelecimento de comparações entre as quatro NUT's que constituem a Região Alentejo.

O cálculo da dimensão da amostra foi efectuado com base na fórmula abaixo enunciada (Scheaffer et al, 1990: 74):

$$n = \frac{N * p * q}{(N-1) D + p * q}$$

em que:

n= número de elementos da amostra

N= números de elementos da população

p= percentagem da população com características específicas

q= 1-p

D= $B^2/4$

B= erro de estimação considerado

Aplicada esta fórmula ao valor da população (N) de cada uma das quatro NUT's III e somados os quatro valores de n, obteve-se uma amostra total de 1 544 casos, distribuídos como se verifica no seguinte quadro:

Quadro 2
População e dimensão da amostra

<i>Unidade Territorial</i>	<i>População</i>	<i>Amostra</i>
Alentejo Litoral	8 577	382
Alto Alentejo	12 394	387
Alentejo Central	11 588	387
Baixo Alentejo	12 905	388
Região Alentejo	45 464	1 544

Fonte: Ficheiro EUROFARM/89

Calculada a dimensão da amostra para cada estrato, foram os elementos da população em cada um dos estratos sujeitos a uma selecção aleatória com recurso ao programa informático SPSS, sendo assim constituídas cada uma das sub-amostras e conseqüentemente a amostra total, procedendo-se de seguida ao tratamento da informação desta amostra de empresas geridas pela família (DIMENSÃO DO PODER) e em que a propriedade é, no seu todo ou maioritariamente, propriedade dessa mesma família (DIMENSÃO DA PROPRIEDADE).

O tratamento da informação permitiu, ainda, determinar o número de empresas em que a mão de obra familiar ao serviço das mesmas representa metade ou mais da mão de obra total (DIMENSÃO DA MÃO DE OBRA FAMILIAR). Refira-se que as empresas nestas condições representam 89% do total, das quais em 39% o gestor lhes dedica metade ou mais do seu tempo de actividade e em 61% o gestor, embora familiar, a elas dedica menos de metade do seu tempo de actividade total.

Identificadas estas empresas, considerou-se necessário recorrer a investigação provocada, não só para identificar as empresas em que a dimensão da família também estava presente, ou seja, em que a continuidade da exploração está assegurada por um membro da família, mas também para recolha e/ou actualização de dados não disponíveis na já citada base de dados.

A técnica de recolha de dados seleccionada para o efeito foi o inquérito por questionário, na medida em que se “pretendia generalizar os dados resultantes do interrogatório a um determinado número de indivíduos” (Gigliione et al, 1997:2). Tendo em conta as características dos inquiridos, nomeadamente, idade avançada e baixo grau de alfabetização, optou-se pelo questionário directo, bastante mais eficaz para indivíduos com estas características, desde que aplicados por inquiridores devidamente formados para o efeito, como foi o caso.

No entanto, desde o início se considerou inexecutável a aplicação no terreno de um número tão elevado (1 380) de questionários, nomeadamente, devido aos factores custo e tempo. Como tal, decidiu-se pelo recurso a uma amostra aleatória multi-fásica, a qual também nos permite inferir os dados para a população objecto de estudo. Na amostra multi-fásica “a unidade amostral é a mesma para todas as fases de extracção da amostra”(Reis et al, 1996: 265), recolhendo-se, numa primeira fase, alguns dados e procedendo-se, numa segunda fase, através de uma amostra da amostra anterior, ao aprofundamento desses mesmos dados e/ou à recolha de outros. Ou seja, “é retirada desta listagem uma segunda amostra que responderá a um questionário com um nível de profundidade mais elevado”(Reis et al, 1996: 266).

A amostra multi-fásica considera sempre a mesma unidade amostral para todas as fases de extracção da amostra, pretendendo-se com as extracções sucessivas um aprofundamento dos dados recolhidos, através da amostra que lhe precede. Esta amostra foi também estratificada pelo tempo que o gestor dedica à sua empresa, consoante ele dedica à mesma metade ou mais do seu tempo de actividade ou menos de metade do seu tempo de actividade.

A fórmula que permitiu definir a dimensão da amostra, bem como o número de elementos de cada estrato é a abaixo enunciada (Scheaffer et al, 1990:106):

$$n = \frac{\sum_{i=1}^k N_i^2 p_i q_i / w_i}{N^2 D + \sum_{i=1}^k N_i p_i q_i}$$

em que:

- n= número de elementos da amostra
- N= números de elementos da população
- W= percentagem de elementos de cada estrato
- p= percentagem da população com características específicas
- q= 1-p
- D= B²/4

B= erro de estimação considerado

Aplicada esta fórmula obteve-se uma amostra de 300 empresas, das quais em 117 o gestor dedica metade ou mais do seu tempo de actividade à mesma e em 183 o gestor lhes dedica menos de metade do seu tempo de actividade. A amostra é também devidamente estratificada por NUT's III, como se pode verificar no quadro abaixo:

Quadro 3
Dimensão da amostra

<i>Unidade Territorial</i>	<i>TAG</i> ≥50%	<i>TAG</i> <50%	Total
Alentejo Litoral	30	32	62
Alto Alentejo	30	47	77
Alentejo Central	18	58	76
Baixo Alentejo	39	46	85
Região Alentejo	117	183	300

Fonte: Ficheiro EUROFARM/89

Em suma, pode afirmar-se que as empresas seleccionadas obedecem, cumulativamente, a três condições:

1. *A gestão é função da família*
2. *A propriedade da terra é da família*
3. *A mão-de-obra ao serviço da empresa é maioritariamente familiar*

Tendo em conta a amostra seleccionada, foram elaboradas três listagens de famílias/explorações a inquirir (uma lista de efectivos e duas de suplentes), para aplicação do inquérito, que permitisse, como já foi referido, não só identificar as empresas em que a dimensão da família também está presente, mas também actualizar os dados disponíveis.

Devido, essencialmente, ao facto de a listagem estar bastante desactualizada, mas também a mudanças de residência, extinção da exploração, etc..., não foi possível aplicar os inquéritos na sua totalidade, tendo-se conseguido uma taxa de aplicação efectiva de 65%. O tratamento desta informação permitiu, por um lado, identificar as empresas agrícolas familiares alentejanas, 67%, que afirmam ter assegurada a sucessão na empresa, através de um membro da família (DIMENSÃO DA FAMÍLIA). Por outro lado, permitiu atender a alguns objectivos intermédios deste estudo, nomeadamente, a caracterização destas empresas e a definição de uma tipologia das mesmas, não sendo de descurar uma aproximação à análise do contributo de cada um dos tipos definidos para o processo de Desenvolvimento da Região.

No entanto, para uma melhor análise desse contributo e para a concretização do objectivo final deste estudo, é necessário seleccionar, de forma dirigida, algumas famílias/explorações de cada um dos tipos definidos, para *estudos de caso*. A opção pela amostragem dirigida, ou não aleatória, deve-se, sobretudo, ao facto de se ter de considerar a disponibilidade das famílias para se "sujeitarem" a um acompanhamento e a um estudo mais profundo, situação que foi detectada durante a aplicação dos inquéritos.

A característica metodológica fundamental do estudo de caso consiste na análise profunda e detalhada de um número relativamente pequeno de casos, através das técnicas de entrevista, normalmente semi-estruturada, e da observação (Doorman et al, 1991).

Como tal, só o estudo de caso, por reunir informações "tão numerosas e tão pormenorizadas quanto possível com vista a abranger a totalidade da situação..."(De Bruyne et al, 1975: 211, citado por Lessard-Hébert et al, 1994:170), permitirá fazer uma análise detalhada do sistema família/exploração,

analisar as percepções do agricultor e sua família relativamente ao futuro da exploração, alternativas de desenvolvimento da empresa e da Região e formulação de soluções e alternativas capazes de contribuir para o Desenvolvimento integrado e sustentável para a Região Alentejo.

NOTAS FINAIS

Para finalizar e dado que a presente investigação não nos permite ainda tirar grandes conclusões, dada a fase em que se encontra, permitimo-me fazer uma breve síntese da presente comunicação focando os pontos considerados relevantes:

1. Sendo o Alentejo uma Região em processo rápido de desertificação, nomeadamente, *desertificação* humana, há que tentar travar esse processo, através de estratégias de fixação das suas populações. Para tal, e porque se trata de uma região essencialmente rural, é preciso, não só, desenvolver a sua agricultura, mas também, criar condições de vida às populações agrícolas, para que uma parte significativa do seu rendimento possa ter origem em outras actividades ligadas, directa ou indirectamente, à agricultura e/ou em actividades fora do sector, desde que praticadas em meio rural. Mais concretamente, há que, se necessário, recorrer à pluriactividade.
2. Para tal, e porque o objecto da investigação é a empresa agrícola familiar, mais concretamente, as famílias/explorações agrícolas familiares alentejanas, é necessário definir o conceito, a partir do qual as mesmas serão identificadas. Assim, considera-se que uma empresa é de tipo familiar, independentemente da sua dimensão (não confundir *empresa familiar* com *pequena empresa*, embora muitas vezes sejam coincidentes), se nela ocorrerem simultaneamente as seguintes dimensões:
 - a) Dimensão da propriedade;
 - b) Dimensão do poder;
 - c) Dimensão da família;
 - d) Dimensão da mão de obra familiar.
3. Por último, é necessário identificar estas mesmas empresas, para o que se recorreu, numa primeira fase, a informação disponível, nomeadamente ao ficheiro EUROFARM, já várias vezes referido nesta comunicação. A partir do tratamento da informação disponível, houve necessidade do recurso a investigação provocada (inquérito por questionário), a qual permitiu identificar as famílias/explorações objecto de estudo. Com a continuação do recurso a investigação provocada, nomeadamente, inquérito por entrevista e observação, pensa-se ser possível atingir o objectivo final da investigação: identificar estratégias para as famílias/explorações agrícolas alentejanas, com vista a contribuir para o Desenvolvimento integrado e sustentável para a Região.

BIBLIOGRAFIA CITADA

BARROS, Afonso de e MENDES, F. Ribeiro (1983). "Formas de Produção e Estatutos de Trabalho na Agricultura Portuguesa", *Análise Social*, vol. XX (75), pp. 57-78.

CORDOVIL, F. Cabral (1993). "A (sócio) economia da Agricultura Portuguesa nos anos 80: factos e ideias", *Análise Social*, vol. XXVIII (121), pp. 187-233.

DOORMAN, Frans (1991). *La Metodologia del Diagnostico en el Enfoque "Investigacion Adaptativa"*, Costa Rica.

ETXEZARRETA, Miren (1988). *El desarrollo Rural Integrado*. Madrid, Série Estudios, Ministério da Agricultura, Pescas y Alimentacion.

GALLO, M. Angel et al (1995). *A Gestão das Empresas Familiares*. Lisboa, Cadernos Iberconsult.

GASSON, Ruth (1988). "The Farm as a Family Business: a review", *Journal of Agricultural Economics*, vol.39, nº1, pp. 1-41.

GHIGLIONE, R. et al (1997). *O Inquérito – teoria e prática*. Lisboa, Edições Celta.

LAMARCHE, Hugues (1991). *L' Agriculture Familiale. Une Réalité Polymorphe*. Paris, Editions L'Harmattan.

LESSARD-HÉBERT, M. (1994). *Investigação Qualitativa: fundamentos e práticas*. Lisboa, Instituto Piaget.

PORTELA, José (1981). "Notas sobre a Transformação da Pequena Agricultura: uma perspectiva local", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 7/8, pp. 309-326.

REIS, Elizabeth et al (1996). *Estatística Aplicada*. Lisboa, Edições Sílabo.

SCHEAFFER, R. et al (1990). *Elementary Survey Sampling*. (4ª edição). Boston, PWS-Kent Publishing Company.

VICENTE, Paula et al (1996). *Sondagens – A amostragem como factor decisivo de qualidade*. Lisboa, Edições Sílabo.